

GRUPOS DE PESQUISA: FORMAÇÃO OU BUROCRATIZAÇÃO?

RESEARCH GROUPS: EDUCATIONAL OR BUROCRATIC SPACES?

Marli Eliza Dalmazo Afonso de ANDRÉ¹

RESUMO

O presente texto discute as possibilidades de fazer dos grupos de pesquisa um espaço genuíno de formação, tanto de pós-graduandos quanto de seus orientadores, contribuindo para o fortalecimento das linhas de pesquisa e para a consolidação dos programas de pós-graduação stricto sensu. Aborda aspectos relacionados aos fins da atividade científica e às condições de produção do conhecimento científico. Propõe que os grupos de pesquisa deixem de ter um papel formalista e burocrático e se tornem espaços formativos e de melhoria da qualidade de nossos cursos de pós-graduação.

Palavras-chave: Grupos de Pesquisa; Condições de Produção do Conhecimento.

ABSTRACT

This paper discusses the potential of research groups to become a true educational space for both graduate students and their advisors as well to better delineate research topics and to strengthen graduate programs. The paper focus on

¹ Livre-docência pela USP. Docente, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. São Paulo, SP. E-mail: <marliandre@pucsp.br>.

**Ponto
de
vista**

goals and conditions of scientific knowledge production. Moreover it proposes that research groups stop being bureaucratic and formalist to become educational spaces to improve quality of graduate courses.

Keywords: *Research Groups; Conditions for Knowledge Production.*

O objetivo do presente texto é discutir as possibilidades de fazer dos grupos de pesquisa um espaço genuíno de formação, tanto de pós-graduandos quanto de seus orientadores, contribuindo para o fortalecimento das linhas de pesquisa e para a consolidação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. A primeira versão desse texto surgiu em resposta a um convite do Grupo de Trabalho Didática, da ANPEd, para debater um trabalho de Maria Isabel Cunha, que se intitulava “Pesquisa e pós-graduação em educação: o sentido político e pedagógico da formação”, apresentado na XXVI Reunião Anual da ANPEd, em outubro de 2003.

Tomei como ponto de partida uma afirmação da autora de que *a pesquisa enquanto instrumento de formação não se descola de um contexto político*. Escolhi essa afirmação para iniciar o diálogo, porque a considero fundamental, na medida em que trata dos fins da atividade científica. Como muito bem argumenta Cunha, devemos fazer um esforço para responder questões como: formar para quê? Pesquisar para quê? E sem dúvida endosso a posição da autora de que a pesquisa pode assumir uma dimensão formadora, voltada a processos educativos emancipatórios. Da mesma forma que a autora, creio que o pesquisar deve estar direcionado à formação de sujeitos críticos, intelectualmente autônomos, que participem do processo coletivo de produção do conhecimento e tenham uma inserção crítica na sociedade. O caráter formativo da pesquisa refere-se tanto ao processo de produção do conhecimento quanto ao produto dele decorrente.

O que se busca com a pesquisa? A finalidade primeira da pesquisa parece ser a geração de conhecimentos social e cientificamente relevantes. Pesquisamos para *conhecer* melhor o mundo [e, mais especificamente, o

meio em que atuamos) e para termos maior clareza sobre quais são as ferramentas necessárias para transformação desse mundo num sentido de justiça e equidade.

Temos clareza de que o conhecimento é fruto de um processo coletivo. No nosso caso, participamos de uma comunidade de pesquisadores que se dedica à investigação das problemáticas educacionais, com o objetivo de compreendê-las, e com o apoio nos conhecimentos já acumulados, interpretá-las e sugerir caminhos para superar os pontos críticos e reforçar as conquistas. Nesse processo de produção coletiva de conhecimento e de comunicação com o outro, de nossas descobertas, podemos imprimir às nossas ações um caráter formador e emancipatório. Formador, enquanto nos dispusermos a compartilhar nossas buscas e nossas descobertas com nossos alunos, com colegas da área e com outros interessados. Emancipatório, se entendermos que, ao conhecer melhor a realidade, podemos agir mais efetivamente sobre ela, mudando-a na direção desejada. Estaremos mais livres para escolher e para nos livrarmos das amarras da dependência e da submissão.

A segunda parte da afirmação de Cunha me provocou uma reflexão que vai um pouco além da dimensão formadora da pesquisa e trata das *condições* necessárias para produzir novos conhecimentos, ou seja, para fazer pesquisa.

Como grande parte da pesquisa brasileira se desenvolve nos programas de pós-graduação, cabe analisar as condições concretas de que esses programas dispõem para que pós-graduandos e docentes realizem seus trabalhos.

Uma primeira constatação a ser feita, nesse sentido, é de que o quadro que se visualiza não é de maneira alguma animador. Tivemos, nos últimos anos, uma redução drástica nas

verbas para financiamento da pesquisa, ao mesmo tempo em que houve enxugamento do quadro de docentes, sem reposição das aposentadorias, com conseqüente sobrecarga dos que permaneceram nas Instituições de Ensino Superior. Cresceu muito o número de cursos e de pós-graduandos, mas as quotas de bolsas não cresceram na mesma proporção. Houve encurtamento dos prazos para conclusão do mestrado, medida que também não foi acompanhada por uma política de atribuição de bolsas para garantir dedicação integral ao curso. Acrescenta-se a isso a desativação de programas como o PIDCT, que possibilitava o afastamento remunerado dos docentes para realizarem seu doutorado em tempo integral.

A questão do financiamento da pós-graduação, sob a forma de bolsa ou de outros auxílios financeiros, afeta diretamente a qualidade dos processos de formação e a produção do conhecimento nos cursos de pós-graduação. A suspensão, por um longo período, das taxas de bancada do CNPq e a redução das verbas do PROAP/CAPES - que permitiam a compra de livros para a biblioteca dos cursos, a promoção de palestras e seminários de professores visitantes e o apoio a alunos e professores para apresentação de trabalhos científicos em congressos -, a distribuição de quotas de bolsas de pós-graduação - que não acompanhou o crescimento dos cursos, nos últimos anos -, foram medidas que acabaram comprometendo as atividades de enriquecimento do currículo, a qualidade da formação discente e dos produtos dos cursos.

Mas não só os discentes e seus trabalhos vêm sendo afetados pela deterioração das condições de produção de conhecimentos. Os docentes também vêm assistindo, nos últimos 10 anos, a uma mudança nas condições de realização da pesquisa em educação. A começar pelos financiamentos que vêm minguando. Se, nos anos 80, a FINEP e o INEP davam apoio a pesquisas da área, nos anos mais recentes esse apoio quase foi extinto. O financiamento de pesquisas ficou praticamente restrito ao CNPq, com as bolsas de produtividade - só recentemente

foram retomados os auxílios financeiros -, além dos programas de auxílio das Fundações Estaduais. Entretanto tanto no CNPq quanto nas Fundações Estaduais, a competição pelas verbas vem sendo enorme, porque aumentou muito o número de pesquisadores (doutores) qualificados nos últimos anos, sem que o número de bolsas produtividade e de auxílios acompanhasse esse crescimento.

Talvez mais grave que a redução dos financiamentos tenha sido a subtração acentuada do tempo crítico dos pesquisadores nos últimos anos. Com as aposentadorias nas universidades públicas, e com os processos de enxugamento do quadro de docentes, os que permanecem na ativa estão cada vez mais sobrecarregados com aulas, comissões, reuniões, pareceres, trabalhos de alunos para ler e avaliar, sobrando muito pouco tempo para a produção intelectual, para a reflexão, para a crítica e para o tão necessário aprofundamento dos trabalhos de pesquisa.

Tendo que atuar em condições tão adversas, o pesquisador precisa despender muito esforço e energia para manter o nível de qualidade do trabalho científico.

Face a esse quadro, propõe-se - ao lado de outras medidas urgentes e necessárias, como a defesa de verbas e de melhores condições de pesquisa junto às agências financiadoras, nos fóruns públicos de debates, e em nossas associações científicas -, que se lute em nossas Instituições por mais recursos e melhores condições de trabalho e que se procure fazer funcionar efetivamente os grupos de pesquisa. Esses grupos podem ter um papel formador muito importante, favorecendo o estudo e o debate de problemáticas comuns, o aprofundamento de temáticas pela troca de saberes e experiências e a produção intelectual coletiva. Precisam deixar de ser uma norma, uma invenção do CNPq, e se tornar um verdadeiro espaço de produção do conhecimento e de melhoria da qualidade dos nossos cursos de pós-graduação.

Na Plataforma Lattes do CNPq, o grupo de pesquisa é definido como "um conjunto de indivíduos organizados hierarquicamente:

- envolvidos profissional e permanentemente com atividades de pesquisa;
- cujo trabalho se organiza em torno de linhas comuns de pesquisa; e
- que, em algum grau, compartilham instalações e equipamentos.

Ainda segundo a Plataforma Lattes: cada grupo de pesquisa deve, portanto, organizar-se em torno de uma liderança (eventualmente duas), que é a fonte das informações constantes na base de dados. Na quase totalidade dos casos, esses grupos se compõem do pesquisador e de seus estudantes.

O que me parece discutível nessa definição da Plataforma Lattes é a proposta de que o grupo se organize de forma hierárquica, ou seja, sob uma liderança (eventualmente duas). Num grupo maduro, com vários participantes seniors, será necessário manter essa organização? O modelo que orienta essa proposta parece ser o do grupo composto pelo orientador e seus orientandos, formato muito comum em certas áreas do conhecimento, mas não necessariamente em todas. De qualquer maneira, a criação do Diretório de Grupos de Pesquisa parece ter tido o grande mérito de induzir a organização e institucionalização dos grupos de pesquisa, uma iniciativa muito positiva, se não se transformar em mera formalidade, ou em mais uma normatização.

O que estamos propondo aqui é que se vá além da norma burocrática e se procure fazer do grupo de pesquisa uma verdadeira experiência formadora, colaborando com a consolidação de linhas de pesquisa, com a qualidade dos trabalhos científicos e com o fortalecimento dos Programas de pós-graduação da área de educação.

Os grupos de pesquisa podem constituir-se numa forma interessante de preservar o nível de qualidade das dissertações, face ao encurtamento dos prazos de mestrado. Se os programas de pós-graduação oferecerem ao mestrando a oportunidade de inserção num projeto coletivo, em que seja possível (com)partilhar de

um referencial teórico comum e, ao mesmo tempo, desenvolver, apoiado pelo grupo, um ângulo específico de uma problemática mais ampla, o trabalho final pode vir a atingir um nível muito melhor em termos de qualidade, do que se feito isoladamente.

No doutorado, os grupos de pesquisa também podem ser uma boa alternativa, tanto por proporcionar a oportunidade aos pós-graduandos de discussão coletiva e de troca com pesquisadores mais experientes (os docentes do programa), quanto por oferecerem um laboratório de aprendizagem de orientação de trabalhos científicos. Afinal, os doutorandos são os orientadores de amanhã e possivelmente serão também líderes de grupos de pesquisa. Nos espaços criados pelos grupos de pesquisa, esses futuros orientadores terão oportunidade de aprender a lidar com os embates próprios ao trabalho coletivo, que envolvem tanto tensões intelectuais quanto emocionais e estarão, assim, preparando-se para lidar com essas mesmas questões em seus contextos institucionais.

Uma dimensão importante a ser explorada no grupo de pesquisa é a da pluralidade na sua composição. A diversidade pode tornar-se um fator de crescimento, se bem aproveitada. O grupo pode reunir participantes com formação e experiência variadas, de modo que uns possam aprender com os outros. Há vários casos de sucesso que caminharam nessa direção.

Os formatos que podem assumir os grupos de pesquisa são múltiplos: podem ser simples ou complexos, evoluir de um formato para outro, ou associar diferentes formatos. Há o modelo mais simples, que reúne o orientador e seus alunos, pós-graduandos e graduandos, no desenvolvimento de um projeto. Esse projeto pode desdobrar-se em sub-projetos que constituem as dissertações, teses, trabalhos de conclusão, discutidos e aprofundados no âmbito do grupo. Outro modelo, um pouco mais complexo, é o que reúne vários orientadores de uma Linha, com seus orientandos. O ponto comum pode ser o referencial teórico ou uma temática. Pode ter um eixo comum e vários sub-projetos.

Cada orientador pode, ao mesmo tempo, participar do grupo de colegas de sua Linha de Pesquisa e de outro grupo que aborde uma temática que amplie ou complemente seus interesses. Esses grupos podem, por sua vez, vincular-se a colegas e grupos de outras instituições, nacionais ou internacionais.

Para que o grupo possa efetivamente funcionar, ou seja, para que se torne uma instância formadora, há que se atentar para a sua forma de gestão. É preciso que cada participante tenha clareza de seu papel no grupo e de suas responsabilidades, pelas quais terá que responder. A experiência tem mostrado que a forma de gestão do grupo é um importante fator na sua continuidade e nos seus resultados. Alguns elementos importantes são: espaço para reunião do grupo e para o material da pesquisa, um cronograma mais ou menos rígido a ser seguido, registros escritos dos encontros, distribuição e cobrança das tarefas e sistematização da produção coletiva.

O Programa de pós-graduação pode ser duplamente beneficiado com a estruturação dos grupos de pesquisa: por um lado pode ter seu perfil melhor delineado, com o adensamento das linhas de pesquisa, e por outro, os pós-graduandos podem desenvolver um trabalho científico de melhor qualidade, superando a fragmentação temática e a pobreza metodológica, problemas freqüentemente criticados nos trabalhos da área.

Os grupos de pesquisa oferecem ainda uma interessante oportunidade de integração dos novos doutores na dinâmica dos programas de pós-graduação. No momento atual da pós-graduação brasileira, tem havido renovação do corpo docente dos programas, tanto por conta das aposentadorias quanto pela política de qualificação das universidades, que têm encaminhado seus docentes para realizar doutoramento. No retorno às instituições de origem, esses novos doutores podem inserir-se progressivamente no cotidiano dos programas de pós-graduação de suas IES, filiando-se aos grupos de pesquisa.

Esse apelo para a valorização do grupo de pesquisa enquanto espaço de interações e de troca de saberes e o destaque que foi dado ao seu papel formador no aprendizado da pesquisa e na produção coletiva de conhecimento remetem-nos a outro ponto importante do texto de Maria Isabel Cunha, o dos impasses que estamos vivendo no campo da formação e da pesquisa. Os dois impasses que ela analisa me parecem extremamente relevantes e merecem um cuidadoso exame por parte da comunidade científica: um que diz respeito ao campo epistemológico da educação e o outro que trata de uma tendência recente dos programas de pós-graduação de se estruturarem em Linhas de Pesquisa.

São dois impasses que podem ser separados para fins de discussão, mas que tocam em pontos comuns. Ambos nos remetem a questões sobre a especificidade do pedagógico e sobre a natureza interdisciplinar da educação. Buscar, por um lado, delimitar tanto quanto for possível o campo da educação e, por outro lado, não perder de vista suas interfaces com outros campos do conhecimento. "A natureza do efeito interdisciplinar não pode, entretanto, descaracterizar a educação como núcleo que precisa ser mantido enquanto matriz e objeto" (p.9), adverte Maria Isabel Cunha, e sugere que não se atue de forma dicotômica, ora apegando-se à especificidade, ora negando-a, mas que se tente preservar o sentido pedagógico da ação. Encontrar um caminho que ajude a superar o impasse, é sem dúvida uma tarefa difícil.

Outro aspecto importante abordado no texto é o do novo arranjo que os programas de pós-graduação encontraram para articular docentes, disciplinas e produção intelectual, seja na forma de campos temáticos ou de linhas de pesquisa. Segundo ela, esse arranjo caminha em direção à interdisciplinaridade, ao trabalho coletivo, à produção intelectual conjunta. Os benefícios parecem evidentes, como já foi pontuado ao se tratar dos grupos de pesquisa. Resta ponderar o outro lado da questão, enfatizando alguns aspectos lembrados por Cunha:

- como compatibilizar a riqueza dos enfoques distintos (de metodologias, de temáticas, de pesquisadores com diferentes formações) com a do adensamento necessário?
- como manter a preocupação com o aprofundamento das linhas de pesquisa, sem sufocar a emergência de novas temáticas?
- como não deixar que o coletivo se torne uma instância de poder, mas se constitua numa verdadeira experiência de exercício democrático?

Como mencionado em relação aos grupos de pesquisa, a organização dos programas de pós-graduação em linhas de pesquisa ou campos temáticos deve ser uma oportunidade para a aprendizagem do trabalho coletivo, para a formação de novos pesquisadores e para o aperfeiçoamento dos mais experientes e, sobretudo, para a realização de trabalhos científicos mais consistentes, contribuindo para o fortalecimento da área. Não deve, pois, constituir-se em uma norma burocrática ou em mera formalidade para “atender o modelo da CAPES”. Se a área de educação optou por abandonar as áreas de concentração, para estruturar-se em linhas de pesquisa, cabe refletir como tirar o melhor proveito dessa opção em prol do crescimento da área. Esse é o nosso compromisso e a nossa responsabilidade.

O texto de Maria Isabel Cunha discute ainda as tendências na cultura de formação, apontando a ampla produção dos “estudos qualitativos”, nos últimos anos, como uma delas. Com isso, ela nomeia os estudos micro, centrados

em “metodologias de inspiração fenomenológicas, hermenêuticas e etnográficas, principalmente” (p.5). Aqui talvez caibam duas observações: uma de ordem mais geral e outra um pouco mais específica. Ao tentar classificar nossos trabalhos, precisamos cuidar para superar a tão ultrapassada dicotomia qualitativo/quantitativo, acentuando, sim, a perspectiva geral da coleta e análise de dados, enfatizando os pressupostos que orientaram a construção do objeto e esquecendo os modismos. Precisamos também estar mais atentos a questões de rigor no desenvolvimento das pesquisas e a questões de ética, seja no tratamento com os sujeitos-participantes, seja na divulgação/devolutiva dos resultados da pesquisa.

A autora finaliza o texto reportando-se à pergunta que o inicia: Pesquisar para quê? E suas considerações voltam-se para a dimensão formadora da pesquisa: segundo ela, “a pesquisa desenvolve nos sujeitos capacidades cognitivas de compreensão do mundo” (p.12) que o colocam em atitude indagativa diante da realidade, e portanto, em “estado permanente de aprendizagem”. Além disso, diz a autora: “a pesquisa devolve aos sujeitos sua condição de protagonistas no processo de construção da realidade, atingindo as subjetividades no sentido positivo de elevar a sua auto-estima.” A autora resume, com isso, seus argumentos, mostrando que a dimensão formadora da pesquisa é uma perspectiva que afeta o sujeito no processo de constituição de sua identidade, e por isso ela é tão importante.

Recebido em 21/5/2007 e aceito para publicação em 16/8/2007.